

Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

ACTA NÚMERO 8/XI

Aos 21 dias do mês de Janeiro de 2010, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audiência com a Confederação Nacional da Agricultura;
2. Audiência com a Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural (CNJ);
3. Actas;
4. Expediente;
5. Ratificação do Relatório da Audição sobre o Livro Verde da Reforma da Política Comum das Pescas;
6. Distribuição e nomeação de Relator para os Projectos de lei nºs 98/XI que “Protege e Valoriza a Reserva Agrícola Nacional” e 104/XI que “Promove Preços Agrícolas Justos no Produtor e Combate as Margens Comerciais Abusivas”, do BE;
7. Projecto de Resolução nº 31/XI, do CDS/PP, Redacção Final;
8. Discussão dos Projectos de Resolução nºs 49/XI que “Recomenda um conjunto de Medidas de Apoio Extraordinário em Resultado da Forte Intempérie Ocorrida na Região Oeste”, do PSD e 51/XI que “Recomenda ao Governo a Extensão aos Concelhos da Região do Algarve, Atingidos pelas Intempéries, das Medidas de Apoio aos Agricultores Lesados”, do BE;
9. Distribuição dos Projectos de Resolução nºs 33/XI que “Recomenda ao Governo a Regionalização do RPU para uma maior Justiça na Repartição das Ajudas Agrícolas” do BE e 34/XI que “Recomenda ao Governo que implemente medidas de Reversão dos usos de Solo nas Áreas Afectadas pelo Nemátodo da Madeira do Pinheiro”, do BE;
10. Constituição dos Grupos de Trabalho: Acompanhamento do PRODER e Sector das Pescas (composição e coordenação).
11. Plano de actividades para a 1ª Sessão Legislativa.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Pedro Soares, deu as boas vindas à Delegação da CNA, composta pelos senhores João Dinis e Joaquim Caçoeto. O Senhor Presidente, em nome pessoal e em nome de toda a Comissão reafirmou os votos de pesar pelo falecimento recente do dirigente da CNA, Roberto Mileu.

De seguida o Senhor Presidente informou a metodologia a seguir, dando de imediato a palavra ao representante da CNA.

O Senhor João Dinis sintetizou as dez medidas que a CNA propõe para combater a crise (documento entregue na Comissão), entre as quais sublinhou a formação dos preços dos produtos agrícolas, o aumento dos benefícios fiscais, combate à especulação dos factores de produção (combustíveis, electricidade, rações, adubos), combate à “ditadura” das grandes superfícies comerciais, pagamento das dívidas do Estado aos agricultores, isenção temporária do pagamento das contribuições para a segurança social referiu ainda a necessidade de reformulação do PRODER; sobre a Segurança Social dos Agricultores; sobre a necessidade de reforço das verbas do OE para 2010 destinadas à agricultura, sobre o “exame de saúde” da PAC e a PAC pós 2013, avaliação da situação referente à doença e pragas nos animais e vegetais (“língua azul e nemátodo) e necessidade da criação de linhas de crédito altamente bonificado e a longo prazo e a questão da soberania alimentar.

Colocaram questões os senhores Deputados Abel Baptista, Miguel Freitas, Luís Capoulas, Agostinho Lopes, José Luís Ferreira, Rita Calvário, tendo os representantes da CNA respondido às questões colocadas.

O Senhor Presidente agradeceu à delegação da CNA a sua presença e propostas apresentadas e manifestou a disponibilidade permanente da Comissão em receber a CNA.

De seguida o senhor Presidente deu início à Audiência com a Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural cuja delegação era composta pelo seu Presidente Eng. Luís Saldanha Miranda e pelo Vice-Presidente Carlos Alberto Carrilho.

O Senhor Presidente saudou a presença da delegação do CNJ e informou sobre a metodologia da reunião, dando de imediato a palavra ao Presidente da CNJ, Eng. Luís Miranda.

O Presidente da CNJ relevou o facto de estar perante uma Comissão e não uma Subcomissão, o que significa certamente, o reconhecimento da importância da actividade agrícola.

O Presidente da CNJ agradeceu o papel desempenhado por muitos senhores Deputados, alguns pertencentes a esta Comissão, na resposta dada às intempéries ocorridas no Oeste. Sublinhou também a prontidão da resposta dada pelo Ministério da Agricultura.

Referiu a importância que reveste as questões do OE, referindo que há muita coisa para além do PRODER.

Falou do envelhecimento dos agricultores (48% têm mais de 65 anos), e das consequências nefastas que daí advém, nomeadamente no que concerne à ocupação do território, à desertificação e aos incêndios.

Referiu a baixa taxa de inserção de jovens agricultores e a necessidade imperiosa de fazer inverter esta tendência.

Referiu ainda a temática do acesso à terra, questão complexa em que foram sublinhados vários exemplos, dos quais se destaca o Banco de Terras da Galiza (foi distribuída documentação).

Sublinhou-se que 35% das terras de regadio não estão a ser exploradas.

A representação da CNJ abordou também a questão dos seguros agrícolas.

Para ultrapassar as dificuldades do sector, foi referido que deviam ser, entre outra, implementadas medidas de discriminação positiva.

Usaram da palavra os senhores Deputados Agostinho Lopes, Miguel Freitas, Altino Bessa, Rita Calvário, Teresa Santos.

O senhor Presidente agradeceu a presença e os contributos da CNJ e manifestou a disponibilidade da Comissão para receber, sempre que julgarem oportuno a CNJ.

As Audiências foram gravadas.

De seguida o Senhor Presidente colocou as actas em discussão e votação, tendo as mesmas sido aprovadas.

No ponto 4 da OD procedeu-se à análise do expediente, previamente enviado a todos os senhores Deputados (as).

No ponto 5 da OD procedeu-se à ratificação do Relatório da Audição sobre o Livro Verde da Reforma da Política Comum das Pescas.

Foram distribuídos os Projectos de Lei n.º 98/XI/I do BE que “Protege e Valoriza a Reserva Agrícola Nacional” e n.º 104/XI/I também do BE que “Promove Preços Agrícolas Justos no Produtor e Combate as Margens Comerciais Abusivas”. O Senhor Deputado Jorge Seguro Sanches foi nomeado relator do PJI n.º 98 e o senhor Deputado Fernando Marques foi nomeado relator do PJI n.º104.

De seguida, nos termos regimentais, a Comissão procedeu à redacção final da Resolução resultante do PJI n.º 31/XI do CDS-PP que “Recomenda ao Governo 7 medidas anti-crise com efeito rápido na agricultura, 5 medidas para o RPU ser pago a tempo e horas, 9 medidas para salvar o PRODER e defende o interesse nacional e a agricultura portuguesa junto da União Europeia.

No ponto 8 da OD foram discutidos os Projectos de Resolução n.ºs 49/XI que “Recomenda um conjunto de medidas de apoio extraordinário em resultado da forte intempérie ocorrida na região do Oeste”, do PSD e 51/XI que “Recomenda ao Governo a extensão aos concelhos da região do Algarve, atingidos pelas intempéries, das medidas de apoio aos agricultores lesados” do BE.

O senhor Deputado Paulo Baptista Santos e a senhora Deputada Rita Calvário, procederam à apresentação dos respectivos Projectos de Resolução.

O Senhor Deputado Miguel Freitas sublinhou que o GP do PS não pode votar favoravelmente os PJRs em discussão caso não seja alterado, no caso do PJR n.º49 a questão da calamidade pública e no que concerne ao PJR n.º 51 a questão da bonificação de 100%.

O Senhor Deputado Paulo Baptista Santos sugeriu a criação de um grupo de trabalho informal que fundisse as duas iniciativas e que tivesse em conta as propostas do PS, o que foi aceite.

No ponto 9 da OD procedeu-se à distribuição dos Projectos de Resolução n.ºs. 33/XI que “Recomenda ao Governo a regionalização do RPU para uma maior justiça na repartição das ajudas agrícolas” do BE e 34/XI que “Recomenda ao Governo que implemente medidas de reconversão dos usos de solo nas áreas afectadas pelo nemátodo da madeira do pinheiro” também do BE.

De seguida procedeu-se á constituição definitiva dos Grupos de Trabalho do Sector das Pescas e do PRODER cuja composição é a seguinte:

- GT das Pescas

Deputado Ulisses Pereira (PSD) – Coordenador

Deputado Lúcio Ferreira (PS)

Deputado Jorge Fão (PS)

Deputado Paulo Batista Santos (PSD)

Deputado Altino Bessa (CDS-PP)

Deputada Rita Calvário (BE)

Deputado Agostinho Lopes (PCP)

- GT do PRODER

Deputado Horácio Antunes (PS) – Coordenador

Deputada Isabel Coutinho (PS)

Deputado Pedro Lynce (PSD)

Deputado António Cabeleira (PSD)

Deputado Abel Baptista (CDS-PP)

Deputada Rita Calvário (BE)

Deputado Agostinho Lopes (PCP)

No último ponto da OD foi apreciado o Plano de Actividades para a I Sessão Legislativa e o respectivo orçamento.

O plano de Actividades foi aprovado tendo, no entanto, alguns senhores Deputados chamado a atenção para o número elevado de visitas previstas, podendo nalgumas estar presentes apenas uma representação da Comissão e não toda a Comissão.

O Senhor Presidente, Deputado Pedro Soares deu a reunião por encerrada às 13 horas e 55m, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista

Afonso Candal

Agostinho Lopes

Altino Bessa

António Cabeleira

Carla Barros

Fernando Marques

Horácio Antunes

Isabel Coutinho

João Paulo Pedrosa
Jorge Fão
Jorge Seguro Sanches
José Luís Ferreira
Lúcio Ferreira
Luís Capoulas
Maria de Lurdes Ruivo
Miguel Freitas
Paulo Barradas
Paulo Batista Santos
Pedro Lynce
Pedro Soares
Teresa Santos
Ulisses Pereira
José de Bianchi
Rita Calvário
Rui Prudêncio

Palácio de são Bento, 21 de Janeiro 2010.

O Presidente

(Pedro Soares)